

Contra o Estado Novo: manifestações e organizações em Portugal no período marcelista (1968-1974)

Pamela Peres Cabreira¹

Resumo

O presente artigo tem como proposta introduzir uma breve discussão sobre alguns nichos de organizações civis contra o Estado Novo, estabelecidos em Portugal durante seu período ditatorial (1926-1974). O país passará por 48 anos de regime autoritário, baseado no fascismo, no corporativismo e na privação de direitos. Nossa premissa é a de que o país não encontrava-se “adormecido” frente a situação nacional no período precedente à Revolução de 25 de Abril de 1974. Baseando-se em fontes documentais, sobretudo o periódico *Avante! Clandestino* e discussão bibliográfica, buscaremos discutir o papel do Partido Comunista Português, os levantamentos nos quartéis, as organizações estudantis e de forma muito breve a organização operária, dada a limitação espacial, enquanto frentes mobilizadoras e legitimadoras de uma luta contra o sistema retrógrado do Estado Novo em Portugal.

Palavras-Chave: Portugal; Revolução de Abril; Organizações Civis.

Introdução

Portugal vivenciou no século XX a mais longa ditadura do século na Europa. Com um curto período experimental enquanto República, o país passaria 48 anos de um regime de cunho autoritário e ditatorial, baseado no corporativismo e na supressão de direitos civis. Um dos elementos chave para compreender a perduração deste regime, também conhecido como Estado Novo, foi sem dúvida a manutenção da economia através da exploração nas colônias africanas. Com os levantamentos contra a colonização em 1961 em Angola (UPA e MPLA) e, posteriormente em Moçambique (FRELIMO) e Guiné (PAIGC), a desestabilização do governo romperia com mais força somado à mudança na liderança de Oliveira Salazar para Marcello Caetano, em 1968. A luta e participação dos movimentos civis, organizações estudantis e a luta operária estiveram fortemente presentes na consolidação do movimento revolucionário em Portugal no ápice da década de 1970. Desde o início da guerra no ultramar², o país conheceria diversas formas organizativas de reivindicação contra a ditadura

¹ Pamela Peres Cabreira é Graduada e Mestra em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e doutoranda em História Moderna e Contemporânea pela Universidade Nova de Lisboa, sob fomento da bolsa de Doutorado Pleno-CAPES. É de interesse de pesquisa desenvolver estudos sobre as relações laborais em classe e gênero na contemporaneidade portuguesa, sobretudo no período das décadas de 1960 e 70 do século XX.

² Na Historiografia também se utiliza a terminologia “Guerra Colonial” – utilizada mais pelos portugueses, e também “Guerra de Libertação”, utilizada mais por pesquisadores provindos de África. O termo mais utilizado em questões de contrabalancear esta questão é o que adotamos ao longo do texto, “Guerra no Ultramar”.

instalada no país desde 1926 e com sua consolidação no ano de 1932 com a figura de Oliveira Salazar. O ano de 1968 marcar-se-á emblemático pela substituição do Presidente do Conselho, Salazar, para Marcello Caetano, que buscará, mesmo que forma branda, trilhar mudanças sem sair dos moldes do regime. Logo, a década de 70 ficará marcada pela constante movimentação em torno do descontentamento da guerra em África bem como o longo período de repressões impostas pelo regime.

Desta forma, buscaremos analisar neste artigo algumas das formas de movimentos organizados que nos primeiros anos da década de 1970 promoveram diversas maneiras de manifestações pelo país, fator que consideramos agravante para a posterior crise sem retorno por que passará o regime do Estado Novo com a Revolução dos Cravos em 25 de Abril³ de 1974. Parte da historiografia portuguesa - e não só - aponta os 48 anos de ditadura como morno e “adormecido” pelos agentes sociais, “conformados” com a situação por que passava o país. Defendemos aqui a hipótese da influência massiva e persistente das greves e paralisações nas fábricas e indústrias do país, viralizando para outros setores importantíssimos como saúde, transporte, a agricultura e que justamente por seu tamanho em grau e importância, merecem um *paper* destinado apenas a esta discussão. Nos atentaremos aqui, portanto, em discutir e apresentar outros nichos que se manifestaram contra o regime, diga-se o movimento estudantil, os levantamentos de quarteis e parte das greves manifestações laborais. De forma descritiva, justamente para embasarmos nossa hipótese de que havia luta e resistência no período anterior à revolução, demonstraremos estes movimentos entre os anos de 1970 e abril de 1974 como uma fatia representativa desta hipótese.

A organização de resistência e o *Avante! Clandestino*

Antes de darmos prosseguimentos aos grupos de análise propostos neste artigo, é necessário apontarmos que a organização que por mais tempo manteve-se ativo na resistência antifascista em Portugal sem dúvidas foi o Partido Comunista Português, tendo sua fundação em 1921, onde traçava alcançar maior representatividade entre a classe trabalhadora com sua aproximação ao anarco sindicalismo e com os socialistas, durante as décadas de 30 e início de 40. Destaca-se que a partir da chegada de Álvaro Cunhal na liderança do partido, sua base

³ A Revolução dos Cravos marcou uma ruptura com o antigo regime ditatorial e consistiu em 19 meses de processo revolucionário em prol de uma sociedade socialista, marcando um rico período de conquistas e construções sociais por todo o país. A contrarrevolução de 25 de Novembro de 1975 iniciaria o processo da democracia representativa nos moldes do neoliberalismo globalizante.

política aumentaria. Maxwell (2006, p. 105-107) determina que as ações dos comunistas bem como sua “psique” foram alteradas ao longo de tantas décadas de clandestinidade durante o regime do Estado Novo. A linha do partido concentrava-se, segundo ele, em “rigorosas linhas leninistas: pequenas células, disciplina severa, desconhecimento das identidades dos companheiros de partido e decisões tomadas de cima para baixo” (MAXWELL, p. 107), além de seguir ideologicamente as diretrizes de Moscou. O PCP se afirmou como sendo o único partido de representação de resistência com capacidade de se manter até o final do regime, mesmo com seus altos e baixos apresentados por uma forte organização central, a manutenção de uma imprensa clandestina e constante atividades regulares, mesmo na ilegalidade.

Justamente por seu histórico e seu protagonismo, optamos por utilizar como nossa principal fonte neste estudo o periódico *Avante! Clandestino*, dirigido e circulado pelo PC. Apesar das ressalvas que precisamos ter em analisar um documento claramente parcial, este mostra-nos as condições de exploração e resistência ao longo de seu período de impressão, onde buscaremos também apresentar muito brevemente a posição do partido neste contexto.

O jornal *Avante!*, publicado durante o Estado Novo como *Avante! Clandestino*, manteve-se circulante com tal denominação de 15 de fevereiro de 1931 até o 25 de abril de 1974, sendo o jornal comunista que por mais tempo conseguiu manter frequência nas edições sob um regime autoritário. O periódico foi e ainda é organizado e publicado pelo Partido Comunista Português, e durante o regime *salazarista/marcelista* foi importante ferramenta na orientação e mobilização da classe operária e dos mais diversos setores trabalhistas no país, atividade atuante até os dias de hoje. Até os anos 40, sua publicação não foi regular devido à censura tanto dos meios de informação como do próprio partido, alcançando a regularidade mensal a partir de 1941, com a direção do partido assumida por Álvaro Cunhal e tendo atribuída a maior tiragem do jornal nesta década, em torno de 10 mil exemplares⁴.

Destacamos a importância deste veículo de informação dentro do sistema que compunha a sociedade portuguesa, e, sobretudo, no período que propomos apresentar. A circulação do jornal no ano de 1973 foi importante ferramenta na mobilização e organização do movimento operário, sobretudo no sul do país e, ao norte, nas mobilizações em prol da reforma agrária.

Desta feita, apontamos que no ano de 1970, a política reivindicativa do Partido Comunista centrava-se na liberdade de expressão, manifestação de greve e sindicatos, bem

⁴ <http://www.pcp.pt/avante-clandestino> Consultado em 01/11/2014.

como a liberdade de presos políticos e a destruição da polícia política. Além disso, a reivindicação dos direitos trabalhistas e do fim da guerra em África sempre estiveram presentes⁵. A criação do Partido Socialista Português (PS) em 1973 derivado de uma articulação com a Associação Socialista Portuguesa, viria a ser o principal partido de força nesta nova conjuntura de embate pela libertação da ditadura.

O programa das Forças Armadas, após a Revolução do 25 de Abril, propunha o período de dois anos para a definição de um novo sistema, abrindo campo para disputas políticas até então proibidas. Desta forma, como os comunistas contavam com um maior poder organizativo no período anterior ao golpe, a facilidade de tomar frente diante dos sindicatos e das administrações locais fez-se presente e, como apontamos anteriormente, a formação da Intersindical no ano de 1970 ajudará na consolidação deste protagonismo. Somado a isso, o partido também organizou a criação de sindicatos que eram proibidos até então, como funcionários públicos e trabalhadores agrícolas, buscando uma maior aproximação com os trabalhadores. Apesar de todos estes pontos positivos, a de se encarar que o PC tinha pomos de ouro na altura do período revolucionário e não os usou. O princípio revolucionário que em teoria poderia ter se apoiado o partido não vingou, abrindo caminho mais para o reformismo e para a tentativa de adequação ao sistema que estava se construindo, o que, aliás, é uma crítica geral aos PC's mundo afora, em uma ruptura do fôlego revolucionário para uma padronização reativa e reformista.

Os Movimentos Estudantis contra o Regime

Portugal não se encontrava “adormecido” (CRUZ, 2000) nos anos que antecederam a Revolução. Um exemplo marcante sobre tal questão pode ser representado, para além das greves e paralisações trabalhistas, no movimento estudantil, tanto universitário como secundarista.

A problemática da guerra colonial transpassava todos os setores da sociedade, com o alto custo que esta representava além dos efetivos em África alcançarem a casa dos 140.000 homens. A obrigatoriedade do alistamento ao serviço militar de dois a quatro anos também foi um fator acentuado para as pautas estudantis. Accornero (2008, p. 576) aponta que a hegemonia do PCP no movimento estudantil era marcante na década de 1960, o que nos leva a analisar que a problemática da guerra em África é secundarizada nas pautas estudantis, sendo mais afluída nos anos 70. No ano de 1961, início da guerra no ultramar, 11% dos

⁵ **Avante!** Ano 39, série VI, n. 411, janeiro de 1970, p. 5.

jovens convocados para o serviço obrigatório no exército são refratários, número que sobe para 20% em 1973-1974 (ACCORNERO, 2009, p. 584), representando um maior índice de resistência ao problema africano. O processo de radicalização política no início dos anos 70, sobretudo a partir de novas organizações da esquerda e até mesmo um maior envolvimento com o movimento estudantil por parte do PCP, pode ser sobressaltado sobre o marco historiográfico refletido em 1969 com a crise da Reforma estudantil. Em nossa análise sobre estas manifestações através do *Avante!* e *Diário de Lisboa*, mostram-nos que a intensificação das reivindicações alcançaram maior influência de fato na década de 70, hipótese também defendida e sustentada por Guya Accordero (2009).

No auge da “primavera marcelista”, ocorre um evento que dará início a uma série de greves e manifestações estudantis que percorrerão os anos de governo de Caetano, com forte pressão sobre o governo. Em abril de 1969, constituindo o início da Reforma proposta por Veiga Simão, o edifício das Matemáticas da Nova Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra seria inaugurado e, nesta cerimônia, ocorre o veto à palavra do Presidente da Associação Acadêmica de Coimbra, fato que levará Caetano a sonoras vaias e a prisão do Presidente da Associação.

Esta Reforma do ensino, protagonizada por Veiga Simão - que será nomeado ministro da Educação Nacional em 1970 -, apesar de não cumprir todas as medidas propostas, irá culminar em quatro novas Universidades “públicas”, em Guimarães, Braga, Aveiro e em Lisboa (Universidade Nova). Também nesta reformam, cria-se o Instituto de Acção Social com fundamento em complementar o apoio aos estudantes, proporcionando a possibilidade de ingressar na Universidade a partir de provas de capacidade, sem comprovação de habilitações acadêmicas anteriores. Quanto ao ensino básico, o Ministério da Educação subiu para oito anos de obrigatoriedade, dividido entre ciclo primário e secundário, aprovada em 1973 por Assembleia. O forte e politizado movimento estudantil garantiu a inaceitação da Reforma, em vistas à manifestações e fechamentos de escolas e Universidades. Como declama Caetano (1974, p. 163), “quanto entusiasmo posto em levá-la a cabo, quantas esperanças acalentadas a respeito dela! E quanta tristeza em ver tanto trabalho e a tanto esforço correspondia da parte da maioria daqueles que deveriam colaborar uma atitude de passividade e desconfiança, senão de franca e aberta hostilidade!”. Os descaminhos da Reforma fustigaram a abertura de uma arena de debates dos alunos, cientes que uma reforma no ensino não bastaria se não ocorresse uma ruptura do regime como um todo. É apenas o início da crise acadêmica que se instalará no país.

A virada dos anos de 1968-1969 contava com uma ligação política no meio acadêmico a partir das intensas lutas trabalhistas, sobretudo com os jovens trabalhadores que processavam este contato. A intensificação das lutas e das manifestações nas fábricas, sobretudo em Lisboa, serão um índice de apoio ao movimento estudantil com uma maior radicalização ao passar dos anos. Para os grupos ligados à nova esquerda, resultado das eleições de 1969, muitos surgidos à beira do movimento estudantil, apontam o reflexo nas organizações operárias, que “apresentava uma inovação de repertórios, como comportamentos de baixa produção, até ao próprio boicote e à introdução de novas reivindicações, como os salários mínimos e os aumentos salariais iguais para todos” (ACCORNERO, 2013, p. 583).

Já no início de 1970, os estudantes da Faculdade de Letras de Lisboa recorreriam duas vezes à greve, em forma de protesto contra a transferência de localidade de cursos. Em Coimbra, a luta mantinha-se após o episódio com o presidente, por seus direitos associativos, contra a repressão do governo, manifestadas também em passeatas de ruas, sob repressão policial. Já na Faculdade de Engenharia do Porto há greves e, nos Institutos Superior Técnico e de Agronomia, em Lisboa, há debates sobre a problemática da reforma do ensino. A luta pelo não fechamento de cursos também ocorrem em Aveiro e no Porto. Algumas medidas são adotadas em favor das reivindicações dos estudantes, como a substituição do Ministro da Educação Saraiva por Veiga Simão, da mudança de Reitor e vice Reitor em Coimbra e do diretor do Instituto Superior Técnico de Lisboa. Algumas pautas são fortemente defendidas, como a autonomia das universidades, reforma e democratização do ensino.

Para Accordero (2013, p. 576) a expansão da difusão das pautas estudantis se estendeu para diversos setores sociais, como para os próprios professores e assistentes, chegando até os oficiais intermédios das Forças Armadas, onde “as temáticas sociais e políticas introduzidas pelo movimento estudantil contribuíram para criar uma intolerância cada vez maior, em variados setores sociais, em relação às instituições autoritárias”.

Em março de 1970 ocorre greve de solidariedade na Faculdade de Medicina em Lisboa em apoio às greves hospitalares e aos trabalhadores do setor, referidos por nós posteriormente. Também se destaca a busca em diversas universidades para trazer ao debate as questões relativas ao ensino, sendo no Porto e em Lisboa coagidas pela infiltração da PIDE. Registra-se que muitos alunos foram presos e enviados para a guerra no ultramar, exacerbando ainda mais a pauta anticolonial. Alunos do ensino secundário, no liceu de Castelo Branco, fazem greve por dias pela proibição de exposição de ideias progressistas. Destaca-se que os alunos de Coimbra e do Instituto industrial reconquistam o direito de

associação. Neste ínterim, Veiga Simão propõe a participação de dois alunos da Universidade do Porto e dois de Coimbra para comporem uma comissão da Reforma, a que ocorre um boicote pelos alunos por não haver clareza nas intenções da comissão⁶. Já em maio de 1970, os estudantes de Coimbra veem-se vitoriosos ao conseguirem o arquivamento dos processos disciplinares bem como os estudantes que haviam sido incorporados no exército receberam autorização de retorno⁷.

O ano de 1970 decorre com muita repressão por parte da PIDE-DGS e de empoderamento policial dentro das universidades. Em 9 de maio, há repressão extenuante pelas forças da PSP com cassetetes e gás lacrimogêneo por uma reunião estudantil, seguida de uma manifestação com cerca de 1000 estudantes nas ruas de Coimbra, sendo uma face hipócrita na afirmação positiva do novo reitor na “pacificação” dentro da Universidade. Em apoio aos estudantes de Coimbra, os estudantes de Lisboa decretam greve geral e Veiga Simão suspende as aulas universitárias⁸.

O ano de 1971 iniciar-se-ia com prisões e ocupações das universidades pela polícia, onde oito estudantes são presos além de António Cordeiro, presidente da Associação Acadêmica da Faculdade de Direito. Em Coimbra, a Universidade fica ocupada pela polícia durante semanas, contando com mais de 30 alunos presos⁹. Em maio, ocorre o fechamento da Associação de Medicina da Universidade do Porto seguida de greve pelos estudantes e repressão policial¹⁰. No mês de novembro, o Comitê Central do PCP irá considerar e criar um movimento de organização nacional dos estudantes comunistas, com base nos ideais do marxismo-leninismo, de forma a “educá-los” “no espírito de fidelidade aos interesses da classe operária e do seu partido: para dar aos estudantes uma orientação correcta e abrir-lhe uma verdadeira perspectiva revolucionária [...] para forjar dirigentes capacitados e militantes de vanguarda da juventude estudantil”. Após um intervalo de praticamente seis meses sem reportagens diretamente relacionadas ao movimento estudantil, o *Avante!* irá se pronunciar de forma a conduzir um movimento de “verdadeiras” pretensões revolucionárias¹¹.

⁶ *Avante!* Ano 39, série VI, nº 415, abril de 1970. “Revigora-se a acção estudantil por uma verdadeira Reforma do ensino”, p. 4.

⁷ *Avante!* Ano 39, série VI, nº 416, maio de 1970. “Vitoriosos os estudantes de Coimbra, alerta contra a demagogia caetanista!”, p. 4.

⁸ *Avante!* Ano 39, série VI, nº 417, junho de 1970. “Terrorismo fascista na Universidade: as massas estudantis reagem contra a repressão”, pp. 01-04.

⁹ *Avante!* Ano 41, série VI, nº 429, abril de 1971. “Apoio activo aos estudantes contra a repressão!”, p. 5.

¹⁰ *Avante!* Ano 41, série VI, nº 429, maio de 1971. “Os estudantes do Porto respondem à repressão”, p. 6.

¹¹ *Avante!* Ano 41, série VI, nº 436, dezembro de 1971, p.4.

No mês de março de 1972, a União dos Estudantes Comunistas (UEC) seria então criada, grupo que reconhece “o papel dirigente do proletariado na revolução socialista e o P.C.P. como vanguarda revolucionária do proletariado de Portugal e força política determinante no movimento antifascista”¹², tendo também como objetivos específicos “unir, organizar e mobilizar os estudantes em torno dos grandes objetivos políticos do povo português, estreitar a ligação da luta estudantil com a luta da classe operária e das massas populares e dar-lhe uma perspectiva revolucionária”¹³. Ainda destaca o jornal que os quatro grandes objetivos políticos da UEC se pautam na “luta contra a ditadura fascista e pelas liberdades democráticas, contra a guerra no ultramar e contra o colonialismo, contra o imperialismo e pela verdadeira independência de Portugal, pelo socialismo e o comunismo, grandes ideais da juventude”¹⁴. O PCP tentaria chamar para si a frente dos movimentos estudantis, condicionados às pautas e aos princípios dinâmicos do partido, ou, como melhor aponta Varela (2011, p. 155), “a política do partido é de compartimentar as lutas, não deixando que as lutas operárias se confundam com as lutas estudantis ou mesmo intersectoriais”. No entanto, a influência do partido nos movimentos estudantis em final da década de 60 e início de 1970 era menor se comparada aos grupos de extrema esquerda de maior conotação dentro do movimento estudantil, uma vez que o “PCP é um partido operário que antes de mais privilegia a direcção dos sectores produtivos da sociedade em detrimento do sector estudantil” (VARELA, 2011, p. 155).

O ano de 1972 inicia-se com o fortalecimento das unidades estudantis e também das ações de repressão. Em abril, ocorre o encerramento das instalações da Comissão Pró-Associação na faculdade de Letras de Lisboa, seguida de greve pelos estudantes do Direito e também greve dos alunos de Agronomia devido a afirmações racistas de um professor que teria insinuado que “tal como os adubos, também os homens negros são inferiores aos brancos”¹⁵. Manifestações nas ruas de Porto e Coimbra são intensas neste mês e, segundo o *Avante!* no período de meados de março de 1971 a março de 1972, foram fechadas e proibidas seis Associações de Estudantes com intervenção policial pautada na violência. Diante da pressão exercida pela greve de exames e por sua repercussão, os alunos garantem por

¹² *Avante!* Ano 42, série VI, nº 439, março de 1972. “Criada a União dos Estudantes Comunistas: ao trabalho camaradas!”, pp. 01-04.

¹³ *Ibidem*, pp. 01-04.

¹⁴ *Ibidem*, pp. 01-04.

¹⁵ *Avante!* Ano 42, Série VI, n 440, abril de 1972. “Acções de massas contra a repressão e a provocação fascistas”, p. 02.

negociações a reabertura da Associação dos Estudantes bem como a homologação da direção da mesma e a realização de novos exames para os que faltaram em decorrência da greve.

No entanto, percebe-se um movimento de radicalização e maior pressão exercida pelos alunos, através das greves de exames, greves de aula, ocupações diárias e manifestações de ruas que, por vezes, eram seguidas da quebra de lojas de grandes redes. Em 12 de outubro ocorre uma manifestação contra o regime e em defesa da Associação recém reaberta, um grupo da DGS ataca e dispara sete tiros, matando o estudante de Direito José Ribeiro Santos e deixando outros tantos feridos¹⁶. Accordero (2013, p. 576) defende que o marco da radicalização estudantil encontra-se após a morte do estudante, “ocasião de duros choques entre estudantes e forças da ordem, com numerosas detenções, e a memória desta morte representou um significativo fator de mobilização e de radicalização para os anos seguintes”. Se dispersa uma greve por toda a comunidade escolar em protesto contra a arbitrariedade policial, onde diversos estudantes são espancados e sessenta presos seguido de apoio massivo de outros institutos ao longo do país. No dia do funeral, ocorre confusão generalizada onde os policiais tentaram impedir o cortejo do corpo, acompanhado por mais de cinco mil pessoas¹⁷. Destaca-se também uma maior participação de alunos mais novos, secundaristas, onde Accornero (2013, p. 681) levanta os índices de que 24% dos estudantes presos em 1973 possuíam menos de 19 anos.

Já em início de 1974, período de maior repressão e prisões contra os estudantes, ocorre o fechamento do IST e instalação de monitoramento, proibição de matrículas, obrigatoriedade ao alistamento no exército e policiais a paisana dentro dos institutos, onde os alunos respondem com greve e intenso apoio docente e da Ordem dos Engenheiros. “É absolutamente necessário que os trabalhadores e as massas populares apoiem activamente a luta dos estudantes, não permitindo que o fascismo liquide as suas estruturas democráticas e as suas conquistas. Que todos os sectores desenvolvam acções de solidariedade e apoio, à corajosa luta dos estudantes!”¹⁸. Ao longo dos quatro anos anteriores à revolução, constatamos também um intenso apoio à mobilização estudantil por parte do corpo docente das Universidades em um ciclo de formação de professores de esquerda que voltavam a propagar uma política contra o sistema em salas de aula. Accornero (2013, p. 588) ainda

¹⁶ **Avante!** Ano 42, Série VI, nº 447, novembro de 1972. “A PIDE-DGS assassinou um estudante: milhares de manifestantes gritaram nas ruas ‘Fora a Pide!’, ‘Abaixo a guerra colonial’, ‘Abaixo o fascismo’”, pp. 01-06.

¹⁷ **Avante!** Ano 42, Série VI, nº 447, novembro de 1972. “A PIDE-DGS assassinou um estudante: milhares de manifestantes gritaram nas ruas ‘Fora a Pide!’, ‘Abaixo a guerra colonial’, ‘Abaixo o fascismo’”, pp. 01-06.

¹⁸ **Avante!** Ano 43, série VI, nº 462, fevereiro de 1974. “Não à Universidade Caserna!”, p. 4.

salienta que a força contra o regime na Faculdade de Direito de Coimbra era significativa a ponto de atingir o cerne da reprodução jurídica contra as próprias metas do Estado Novo *marcelista*. Também da Faculdade de Direito saíram grupos estudantis dispostos à colaboração com os moradores do bairro da Boavista, promovendo manifestações e a quebra dos vidros do quartel da PSP bem como um intenso movimento de ocupações apoiadas por estes estudantes um mês antes do 25 de Abril (ACCORNERO, 2013, p. 588). A radicalização e expansão da luta estudantil mostrava-se mais eficiente em propagar-se em diversos nichos sociais.

Empiricamente constatado em nossa pesquisa, concordamos com Accornero (2013, p. 576) quando esta expressa que os estudantes representaram a categoria social mais atingida pela repressão do regime, em seus anos finais, onde praticamente a metade dos presos políticos de 1973 e dos primeiros anos de 74 foram os estudantes, contabilizando, na média anual entre 1956-1974, 13% do total de prisões para este grupo social; nos últimos quatro meses de regime, já contabilizava-se 43 prisões entre os estudantes, enquanto a média anual concentrava-se em 52 prisões e, em 1973, 39% das prisões recaíram sobre os estudantes. Estes números nos indicam a via de contraposição entre uma maior radicalização do movimento e a insegurança do sistema político *marcelista*. Várias figuras que atuaram no período revolucionário eclodiram nos anos anteriores ao 25 de Abril, potencializando a pressão exercida pelo fim do regime estadonovista e, sem dúvidas, o movimento estudantil esteve presente numa escalada nos setores de radicalização de suas manifestações e pautas.

“Ai senhores a gente morre aqui de fome...” os levantamentos de rancho e as mobilizações nos quartéis

A guerra no ultramar teve um papel fundamental em todas as estratificações das manifestações sociais em Portugal. A oposição nos quartéis esteve amplamente ligada às mobilizações estudantis, que apoiavam e defendiam os resistentes às leis e os desertores, chegando a negação jovem ao alistamento na casa dos 20% em 1973-74 (ACCORNERO, 2013, p. 584). O intenso gasto econômico nacional com a guerra e o crescente número de soldados despendidos para África fomentavam uma ação intensa em resistência à corporação do Exército, sobretudo dos oficiais advindos do meio estudantil, a partir de seus próprios meandros. No entanto, estas ações eram contrárias aos membros do PCP que, em etapas de diretivas políticas, inicialmente propuseram em 1961 um convite à deserção, seguida de deserção em massa para, posteriormente, motivar os militantes do partido a entrarem nas

Forças Armadas encarregados da missão de promover iniciativas e propagandas de boicote por dentro do organismo militar (ACCORNERO, 2013, p. 585). A PIDE (Polícia Internacional e de Defesa do Estado) “assinalava um aumento de agitação nos quartéis e nas escolas militares, como a de Mafra – através de ações como deserções, roubos de material militar, propaganda subversiva – em coincidência com a incorporação militar dos principais ativistas da crise acadêmica de 1969” (Ibidem, p. 586).

Os “levantamentos de rancho” são os mais encontrados como forma de manifestação dentro dos quartéis: em 1970, no Regimento de Artilharia Ligeira 4 em Leiria, 120 soldados fazem protestos pela longa espera no refeitório e vão comer fora do quartel. No Batalhão de Sapadores os soldados protestam contra a qualidade da refeição servida, com gritos de “ninguém toca na comida!”, onde o oficial do dia defende a ação. Na Escola da Armada, no Alfeite, 500 alunos fazem um levantamento de rancho. Os Cadetes de Mafra realizam um protesto pela morte de um soldado atingido por um petardo, e, em resposta, 500 soldados em vaia de “Assassinos!”. No Anexo do Hospital Militar de Lisboa, 800 “mutilados” pela guerra realizam um levantamento de rancho. No Curso de Oficiais Milicianos, em Mafra, 700 milicianos abandonaram o juramento da bandeira¹⁹. No mês de março, na Escola da Armada, cerca de 2000 marinheiros recusaram-se a comer em protesto quanto à má qualidade e quantidade de comida²⁰. Em Évora, ocorre a deserção de um pelotão completo que estava com data marcada para o embarque para África. Levantamentos de rancho ocorrem em Vendas Novas com 60 cabos milicianos; em Mafra 200 soldados também se recusam a comer. Em alguns quartéis, narra-se o debate nas aulas de “psicologia e guerra subversiva” sobre a guerra no ultramar. Ainda em Mafra, os instrutores recorrem à “cera” durante duas semanas no mês de novembro pelo não pagamento do subsídio a que tem direito²¹. Ao final do ano, em Vendas Novas, na Escola Prática de Artilharia, os soldados resistem à uma formação forçada na madrugada sob gritos de “fascistas!”. Em Santarém os soldados protestam contra a má alimentação batendo em seus pratos, ação reprimida pelo oficial do dia²².

Diversas manifestações, sobretudo as realizadas através da recusa em comer ou as batidas aos pratos dentro dos refeitórios, sintetizam o desgosto pela guerra no ultramar transversalmente às possibilidades de ação dentro dos quartéis. Os que não desertavam, buscavam outras formas de demonstrar suas pautas. Outra forma de manifestação recorrente

¹⁹ **Avante!** Ano 39, Série VI, nº 412, fevereiro de 1970, p. 5.

²⁰ **Avante!** Ano 39, Série VI, nº 413, março de 1970, p.2.

²¹ **Avante!** Ano 39, Série VI, nº 416, maio de 1970, p.2.

²² **Avante!** Ano 40, Série VI, nº 422, novembro de 1970, p. 5.

em nossas pesquisas foi a recusa no juramento à bandeira ou esta feita de “má vontade”, sobretudo em Mafra, com forte influência de estudantes universitários obrigados ao alistamento. “Assim, se a incorporação dos ativistas estudantis tinha contribuído em parte para acalmar o meio universitário, esta solução criava uma situação perigosa no seio das próprias Forças Armadas e, sobretudo, na instituição para a qual foram encaminhados estes estudantes: a escola de Infantaria de Mafra” (ACCORNERO, 2013, p. 585-586). Algumas ações revolucionárias tiveram curso nesta escola, como a fuga de oito estudantes que estava obrigatoriamente cumprindo o serviço militar, sobretudo alunos dissidentes que eram obrigados também ao alistamento, aumentando ainda mais as fileiras políticas dentro do seio da corporação. No mês de julho em Mafra, após a morte de 4 cadetes por afogamento devido aos duros exercícios, despontou o levantamento de rancho de mais de 800 cadetes com o abandono dos refeitórios do quartel. Os cadetes promovem uma reunião para discutir os problemas vivenciados no quartel e sobre os problemas gerais da guerra em África, que “confirma o amadurecimento de condições para uma decisiva resistência revolucionária a esta política no próprio interior das forças armadas”²³. No mês de novembro de 1971, 2000 marinheiros fazem levantamento de rancho contra a má qualidade da alimentação do quartel de Alfeite, seguido também por um levantamento em Cascais. Também em novembro no Grupo de Detenção, Alerta, Conduta e Interpretações (GDACI), mais de 400 soldados negam-se a comer. “Ai senhores a gente morre aqui de fome...”, entoam os soldados do 2º pelotão de Aveiro, em levantamento de rancho. Em Mafra, no mês de dezembro, inúmeros adesivos são fixados no quartel onde diziam: “Milicianos não querem a guerra!” e “Abaixo a guerra colonial!”, onde seguiram como meio de resistência a apatia no juramento da companhia²⁴.

Em 1973, além das manifestações destacadas em África sobre a problemática da guerra no ultramar, os movimentos de inquietação dentro dos quartéis prosseguem. Em abril, ocorre um levantamento de rancho em Tavira, em Sacavém e em Campolide. No Hospital Militar, o descontentamento também se pautava nas péssimas condições do hospital bem como contra a guerra. Autodenominados de “doentes anticolonialistas”, estes ameaçaram sair do hospital mesmo que sem autorização²⁵. Em Mafra, os juramentos de bandeira passaram a ser feitos às portas fechadas, o que pode ser entendido como uma derrota para a propaganda militar e do regime. Em Alfeite, mais da metade dos cadetes da Reserva Naval recusaram-se a

²³ **Avante!** Ano 41, Série VI, nº 431, Julho de 1971, p. 4.

²⁴ **Avante!** Ano 41, Série VI, nº 437, Janeiro de 1972, p. 5.

²⁵ **Avante!** Ano 43, Série VI, nº 454, junho de 1973, p. 4.

juar a bandeira. Em Abrantes, ocorre levantamento de rancho por mais de 300 soldados²⁶ e no quartel de Caldas da Rainha, chega-se a 600 soldados negarem-se a comer²⁷.

Nos primeiros meses de 1974, as lutas intensificam-se em todos os campos. Nos quartéis, ocorre levantamento de rancho no forte da Ameixoeira; em Mafra, cadetes se recusam a participar do banquete e do juramento da bandeira no dia da “festa do cadete”. Na Academia Militar, metralhadoras foram apontadas para cerca de 120 alunos que gritaram “abaixo a guerra colonial!”. Boicote à festa de natal com os internados nos Serviços Hospitalares Militares em Lisboa, onde ao invés dos 2000 internados assistirem à festa, apenas 100 compareceram²⁸. As Forças Armadas eram sensivelmente o setor social mais estreito em relação à guerra no ultramar e também o setor que mais teve aproximação com a mobilização estudantil (ACCORNERO, 2013, p. 585-586).

As ações presenciadas nos quartéis ao longo do país colocam em evidência um amplo leque de questionamentos sobre o regime e sobre a guerra no ultramar, com descontentamentos e hostilidade, sobre as forçadas ações de instrução, a má alimentação, a obrigatoriedade da disciplina arbitrária. Juntamente aos outros nichos sociais, as manifestações nos quartéis incidiram em uma pressão e organização mais aguda para a derrubada do regime.

As lutas operárias sobre o prisma do *Avante! Clandestino*

No que tange o período *marcelista* e as lutas operárias, destacamos que a organização, em sua maioria, nas décadas anteriores, deu-se através das células ativas do PC como também grupos anarquistas organizados dentro de fábricas. Sobretudo no início dos anos 70, as greves e lutas intensificam-se, principalmente dada a instabilidade do sistema e com a guerra em África. Por ser o movimento mais forte no sentido de pressão civil, não teremos margem suficiente para trata-lo, e optamos, portanto, em demonstrar o cariz destas lutas, de um operariado que não estava “adormecido” ou “calado”.

O impulso para as diversas lutas na classe operária e também de lutas no campo pode ser traduzido por diversos fatores que tornaram a política do Estado Novo insustentável: a política de defesa dos monopólios e a falta de respaldo com a classe trabalhadora, diante do agravamento das condições de vida, dos congelamentos salariais, a alta dos preços de gêneros

²⁶ *Avante!* Ano 43, Série VI, nº 457, Setembro de 1973, p. 5.

²⁷ *Avante!* Ano 43, Série VI, nº 459, novembro de 1973, p. 4.

²⁸ *Avante!* Ano 43, Série VI, nº 462, fevereiro de 1974, p. 2.

alimentícios e de moradia, o aumento nos transportes. A luta pelo aumento dos salários a partir de 1969 pode ser explicada, para além do descontentamento com o sistema autoritário longevamente instaurado, o crescimento da massa monetária seguida de uma baixa na produção, ou seja, a inflação. O aumento de preços e do custo de vida torna-se mais acentuado após 1969, devido ao baixo crescimento econômico visto no país

Ao longo da análise documental composta por 54 números das edições do periódico entre os anos de 1970 e 1974, resumindo-se, portanto, em todas as edições deste recorte, percebemos que as pautas se repetem ao longo dos quatro anos até o 25 de Abril de 1974. Repetem-se, pois a situação sociopolítica e econômica do país mantinha suas raízes desde a instauração do Estado Novo. A perspectiva por mudanças era lenta, gradual e pouco levada em conta. Com o governo de Caetano, a abertura para empresas multinacionais se intensificou e, sobretudo, as leis trabalhistas e as condições mínimas que deveriam ser garantidas pelo Estado, não existiam. A guerra em África consumia algo em torno de 45% de todo o gasto econômico anual, deixando o país em situação de extrema alienação desenvolvimentista. A conta ficou para o trabalhador pagar.

Preferimos destacar a descrição de algumas lutas reivindicativas de setores que marcaram o período em suas formas de organização e dos movimentos desenvolvidos. Além das diversas lutas em empresas de produção têxtil, na mineração ou dos vidreiros, a luta reivindicativa dos metalúrgicos alcançou imenso destaque. Como destaca Patriarca (1982, p. 435), em nível de exemplo, a fábrica da metalomecânica constitui um espaço de produção e de transformação nas composições teóricas e práticas da classe operária portuguesa, sendo, para nós, uma exemplificação que direciona para todos os outros setores produtivos. Quando apontamos a defesa de que um dos basilares desencadeante da Revolução constituía a luta dos trabalhadores nos anos anteriores a 1974, a fazemos pois todos os segmentos do país adentraram na luta por mudanças naquela sociedade: bancos, transporte (ônibus, metrô, avião), hospitais, indústrias, comércio, pescadores, estivadores, correios, trabalhadores agrícolas. As lutas refletiam o descontentamento da população frente ao sistema autoritário em que viviam desde décadas antes, estagnada.

Na metalurgia, temos alguns exemplos de manifestações que marcaram o período. Na Oliveira & Ferreirinha, paralisações diversas ocorreram no ano de 1970 contra o “prêmio”, mas sim ao direito de aumento de salários. Em março, após uma paralisação seguida de forte represália da polícia, três funcionários são presos, onde os demais bradam que “se vão três,

vamos todos”²⁹. Na empresa Trefilaria, fazem “cera”³⁰ por uma semana e diminuem em mais da metade a produção, formando uma comissão de negociação, conquistando a vitória de inclusão do prêmio no salário base e uma melhoria na situação dos aposentados³¹.

O setor da metalomecânica pesada no país, a partir das análises da empresa Mague, pode ser considerado um setor de diversos membros do PCP, em uma confrontação direta pelos princípios de produção taylorista, uma vez que o trabalho sob encomenda e as especificidades das condições de produção trilham para a qualificação e valorização profissional, contando com uma constante variação e conflito nas formas do “capital profissional” dos operários. “Resta dizer que este é um dos casos em que mais visível se torna a natureza da ‘organização científica do trabalho’ (OCT), ou seja, onde as razões de ordem econômica e social primam sobre os imperativos técnicos” (PATRIARCA, 1982, p. 436).

No Primeiro de Maio de 1970, na região de Lisboa, em torno de 14 mil trabalhadores manifestam-se nas ruas, sofrendo repressão pela polícia e somando vinte e oito prisões. A ordem do dia é a conquista do 1º de Maio como feriado nacional do trabalho, reivindicação também muito presente em pautas específicas dentro das empresas³², como na fábrica de Limas. Na mesma empresa, os funcionários trabalham 54 horas semanais, sem o recebimento de horas extras. Na Ford de Azambuja, em torno de 700 operários da Ford entram em greve durante uma semana, tendo o setor administrativo participado da greve³³. Na empresa Firestone de Alcochete, fizeram greve os trabalhadores, reivindicando 42 horas semanais, melhorias no trabalho e aumento salarial. Mesmo com a repressão de seis carros da PIDE-DGS e de um pelotão da Guarda Nacional Republicana (GNR) tentando prender os grevistas, conquistaram, ao final, aumento de 26% nos salários³⁴. Na fábrica Simões em Lisboa, 800 operárias recorreram à greve reivindicando aumento de salários, seguindo a pressão dos metalúrgicos de diversas empresas com apresentação de cartas e abaixo assinados em prol de uma nova aprovação de Contratos Coletivos de Trabalho³⁵. Emblemática também é a greve geral seguida de ocupação na fábrica Grunding. A empresa alternava os trabalhadores de sindicatos indo em favor do CCT que mais favorecesse os lucros da empresa. Diante desta situação, abriram greve geral de cerca de 2.500 operários, com forte repressão e violência

²⁹ **Avante!** Ano 39, série VI, n.413, março de 1970, p. 3.

³⁰ Forma reivindicativa muito presente nestas manifestações. Consistia em diminuir o ritmo de trabalho de forma não declarada.

³¹ **Avante!** Ano 39, série VI, n.413, março de 1970, p. 3.

³² **Avante!** Ano 39, série VI, n. 416, maio de 1970, p.1.

³³ **Avante!** Ano 41, série VI, n.429, abril de 1971, p.1.

³⁴ **Avante!** Ano 41, série VI, n. 430, junho de 1971, p.3.

³⁵ **Avante!** Ano 41, série VI, n. 436, dezembro de 1971, p.6.

corporal pela polícia que bloqueia as portas da fábrica, impedindo a circulação dos trabalhadores entre as seções. Com o desmaio de uma funcionária, os operários conseguem montar barricadas e expulsar a polícia. Diversas outras empresas metalúrgicas reagem em apoio à greve e, assim, conquistam o aumento de 40 a 70% de aumentos³⁶.

Um de falência ocorre na fábrica de papel da Abelheira, que se justifica pela absorção desta empresa ao grupo Champalimaud, através da empresa Papel do Prado. Cerca de 400 funcionários têm em vista a perda de seus empregos e o não pagamento de suas indenizações³⁷. Após seis meses de luta na indústria Abelheira, marcada pela ocupação dos operários para que a gerência não retirasse o material já produzido e as máquinas – situação muito parecida vivenciada ao final do ano de 2017 em Lisboa através da empresa Triumph-, pressionando pelo pagamento das indenizações após a falência, os trabalhadores conseguem receber o pagamento dos salários bem como o pagamento de subsídios e férias referentes ainda ao ano de 1972 e, também os operários com mais de 60 anos conseguiram o direito a aposentar-se contando o tempo de trabalho até o encerramento da empresa³⁸. Também destacamos a greve metalúrgica na Sacor, com 600 operários ao norte no país, em Leça da Palmeira que teve duração de três dias. Os trabalhadores cumpriam 55 horas semanais de trabalho, sem pagamento das horas extras e sem o pagamento do sétimo dia. A empresa contava com mão de obra francesa e espanhola que também entraram na greve, e conquistaram suas reivindicações³⁹. Trabalhadores e trabalhadoras de diversas empresas recorrem à greve no mês de novembro de 1973, como é o caso da Automática Elétrica Portuguesa (Plessey) tendo 5000 trabalhadores em greve⁴⁰. Na Signetics, com praticamente todo o quadro de mulheres operárias, entraram em greve pelo aumento dos salários, pela semana de 40 horas e pagamento das horas extras e 30 dias de férias remuneradas. A empresa solicitou a polícia, fechando a fábrica e mantendo as operárias do lado de fora, onde mantiveram-se com piquetes ao longo de cinco dias, conquistando aumento de salários e a redução para 45 horas de trabalho⁴¹.

Como apontamos anteriormente, outros setores indispensáveis, para além dos de produção industrial apresentaram reivindicações através de greves e paralisações, como é o caso dos Hospitais das cidades de Porto e Lisboa. Temos um indício que as contradições

³⁶ **Avante!** Ano 42, série VI, n. 439, março de 1972, p.1.

³⁷ **Avante!** Ano 43, série VI, n. 453, maio de 1973, p.1.

³⁸ **Avante!** Ano 43, série VI, n. 454, junho de 1973, p.3.

³⁹ **Avante!** Ano 43, série VI, n. 459, novembro de 1973, p.3.

⁴⁰ **Avante!** Ano 43, série VI, n. 460, dezembro de 1973, p.3.

⁴¹ **Avante!** Ano 43, série VI, n. 461, janeiro de 1974, p.4.

internas do regime do Estado Novo perpassavam todas as fissuras da sociedade, apresentando ser um reflexo das manifestações e das reivindicações sociais. Para Poulantz (1976, p. 73), “[...] as contradições internas destes regimes – que são efeitos das próprias lutas das massas populares – parecem ter igualmente funcionado como a ocasião que permitiu a intervenção diretas destas massas, uma vez desencadeado o processo”. A jornada grevista nos Hospitais no período referido inicia-se em abril de 1970, nos Hospitais Civis de Lisboa com a categoria dos enfermeiros que, conseqüentemente, aderem à luta, “recusando-se a realizar quaisquer serviços que não digam respeito à especialidade de cada um”⁴², colocando em circulação um abaixo-assinado entregue às instâncias superiores, “em que acusam o governo de ter deixado a situação atingir ponto tão alarmante”⁴³. Uma paralisação no final do mês ocorre e os médicos apontam a falta de estrutura para os atendimentos e reivindicam melhorias na saúde pública. Um médico declara que a situação é “passível de procedimento judicial em qualquer país civilizado”⁴⁴. Manifestações em apoio à causa também se desenvolvem na cidade do Porto. Em setembro do mesmo ano, sem obter respostas às reivindicações, os médicos do internato geral do Hospital de São João desta mesma cidade declararam o não atendimento às urgências, apoiados também pelos enfermeiros. O *Avante!* aponta em uma de suas reportagens que as informações nos canais legalizados de comunicação são bloqueadas a noticiar a manifestação e as paralisações na área da saúde⁴⁵. Destaca-se que buscamos notícias referentes à estas manifestações no *Diário de Notícias* e no *Jornal de Lisboa* e nada encontramos.

Outro setor indispensável que adentra nas manifestações trabalhistas é o dos transportes. A paralisação nos vagões dos metrô bem como os tumultos causados pela falta dos ônibus nas ruas é algo frequente. A greve na TAP também será um marco nas reivindicações, paralisando parte do tráfego aéreo por mais de três dias. Em junho de 1970, a Carris (Serviços de Transportes Coletivos - Porto) entra em greve contra as horas extras não adicionais no salário, somando 300 trabalhadores⁴⁶. Em agosto, uma paralisação acarreta diversas prisões seguidas de interrogatórios pela PIDE, tendo ao final do mês uma mobilização em diversas estações do metrô em prol da libertação dos colegas retidos na manifestação anterior, conseguindo sucesso depois de novos confrontos com a polícia⁴⁷. Em

⁴² *Avante!* Ano 39, série VI, n. 415, abril de 1970, p. 3.

⁴³ *Avante!* Ano 39, série VI, n. 415, abril de 1970, p. 3.

⁴⁴ *Avante!* Ano 39, série VI, n. 415, abril de 1970, p. 5.

⁴⁵ *Avante!* Ano 39, série VI, n. 415, abril de 1970, p. 3.

⁴⁶ *Avante!* Ano 39, série VI, n. 417, junho de 1970, p.3.

⁴⁷ *Avante!* Ano 39, série VI, n. 419, agosto de 1970, p.3.

setembro de 1973, trabalhadores da TAP manifestam-se contra a proibição de reunião, recebendo forte repressão policial. No dia seguinte à paralisação, cerca de 4000 trabalhadores fazem greve e movem-se para a administração, exigindo o aumento de salários e o fim da repressão dentro da empresa.

Um dos setores mais representativos da heterogeneidade das lutas em Portugal também pode ser expresso na greve dos pescadores que varre o país de norte a sul. Muitos problemas envolviam este setor, como os baixos salários, as condições de trabalho, a falta de dias de descanso e os baixos preços pagos aos pescadores pelo peixe nas indústrias conserveiras. Este setor é dos que mais apresentou em nossa pesquisa embate direto com o patronato e com a polícia através de piquetes, ocupações e confrontos diretos tendo, além disso, uma expressiva participação das esposas e filhos durante as manifestações.

No mês de maio de 1970, os pescadores da sardinha da costa Norte, do Algarve e de Peniche declaram-se em greve seguidos pelos trabalhadores de Matosinhos, Afurada e Póvoa, reivindicando o salário fixo e 1% sobre a receita retirada do montante do pescado. Também os trabalhadores da pesca não obtinham os direitos de férias pagas, abono anual, aposentadoria⁴⁸. No ano de 1973, as greves intensificam-se e logo no mês de janeiro, os pescadores de Matosinhos, Aveiro e Figueira da Foz recusam-se a assinarem suas matrículas exigindo o aumento de salários e das caldeiradas. No entanto, logo no mês de outubro a classe volta a se manifestar uma vez que as promessas da greve anterior não foram cumpridas, tendo duração de três dias sob a pressão da PIDE, seguida de interrogatórios e prisões contidas por piquetes construídos pelos pescadores em Matosinhos. As reivindicações foram finalmente atendidas⁴⁹.

No início do mês de fevereiro de 1974, uma onda grevista varre o país, seguidas de paralisações em diversos setores produtivos. Entre os meses de janeiro e fevereiro, aproximadamente 40 mil trabalhadores recorreram às manifestações e reivindicações através da greve e de paralisações, em cerca de 70 empresas diferentes em todo o país. No mês de abril de 1974, antes do dia 25, o *Avante!* chamava em sua manchete: “Não dar tréguas ao fascismo!”⁵⁰, apontando as inúmeras lutas de trabalhadores nos mais diversos setores, dos estudantes, dos militares em represália à guerra colonial.

A luta pela queda do regime e em prol das condições de vida mostraram-se frequentes nos anos que antecederam a revolução, provando que o povo português não estava conformado ou adormecido frente à situação repressiva por que passava. Demos uma pequena

⁴⁸ *Avante!* Ano 39, série VI, n. 416, maio de 1970, p. 3.

⁴⁹ *Avante!* Ano 43, série VI, n. 458, outubro de 1973, p. 1.

⁵⁰ *Avante!* Ano 44, série VI, n. 464, abril de 1974, p.1.

amostra da intensidade da luta que, mesmo ameaçada por prisões, torturas e exílios, fez-se presente neste período marcante da história portuguesa.

Conclusões

Portugal, ao permanecer 48 anos em um regime autoritário e ditatorial, constituiu uma base de retrocessos socioeconômicos e políticos, deixando os trabalhadores em situação de extrema exploração e níveis de pobreza. No entanto, também se fortaleceu, sobretudo nas décadas de 1960 e 70 uma vigorosa onda reivindicativa num feixe de possibilidades de mudanças, que foram amplamente aproveitadas pelos mais diversos setores produtivos, provocando instabilidade e traçando um novo perfil social, mais combativo e consciente de suas disputas, fato que se comprovará com a intensa organização e participação popular no período revolucionário. No campo estudantil, a resistência face à opressão policial do Estado foi muito forte, bem o controle de normativas e reformas foram barradas em prol do círculo acadêmico. Em paralelo, a luta estudantil em muito dialogou e contribuiu para que se agravassem as manifestações de repúdio e resistência nos quartéis contra o regime do Estado Novo. A intensidade das greves e da paralisação do setor produtivo de capital no país também foram exemplares na força combativa nas organizações trabalhistas. Logo, em Portugal, os trabalhadores e trabalhadoras lutaram, em conjunto com outras frações sociais de forma a pressionarem a situação social que os cercavam, reforçando e criando um espaço revolucionário com o fim do Estado Novo e a possibilidade de construção de uma nova sociedade.

Referências Bibliográficas

ABADIA, Danúbia Mendes. **O Jornal Combate e as lutas sociais autonomistas em Portugal durante a Revolução dos Cravos (1974-1978)**. 2010, 165p. Universidade Federal de Goiás (UFG). Dissertação defendida para obtenção do grau de Mestre. Faculdade de História, 2010.

ACCORNERO, Guya. A mobilização estudantil no processo de radicalização política durante o Marcelismo. **Análise Social**, nº 208, XLVIII (3º), 572-591, 2013.

ACCORNERO, Guya. **Efervescência Estudantil: Estudantes, ação contenciosa e processo político no final do Estado Novo (1956-1974)**. 2009, 338p. Universidade de Lisboa. Tese defendida para a obtenção do grau de Doutorado em Ciências Sociais, Instituto de Ciências Sociais. Lisboa, 2009.

CAETANO, Marcello. **Depoimento**. Rio de Janeiro: Record, 1974.

CRUZ, M.B. **Instituições Políticas e Processos Sociais**. Lisboa: Bertrand, 2000.

MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. Corporativismo e trabalho: Estado, classes trabalhadoras e organização sindical em Portugal e no Brasil. In. **O corporativismo em português: Estado, política e sociedade no salazarismo e no varguismo** (org.) MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes; PINTO, António Costa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MAXWELL, Kenneth. **O Império Derrotado: Revolução e democracia em Portugal**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

NETTO, José Paulo. **Portugal: do fascismo à Revolução** *apud* ABADIA, Danúbia Mendes. **O Jornal Combate e as lutas sociais autonomistas em Portugal durante a Revolução dos Cravos (1974-1978)**. 2010, 1-165, dissertação defendida para obtenção do grau de Mestre. Goiânia, Universidade Federal de Goiás (UFG) – Faculdade de História, 2010.

NOVO, Ângelo. O 18 de Janeiro na historia das ideias. In. **Greves e conflitos sociais em Portugal no século XX**. (coord.). VARELA, Raquel; NORONHA, Ricardo; PEREIRA, Joana Dias. Lisboa: Edições Colibri, 2012.

PATRIARCA, Fátima. Taylor no Purgatório: O trabalho na metalomecânica pesada. **Análise Social**, vol. XVIII (71), 1982-2, p. 435-530.

SUÁREZ, Miguel Ángel Pérez. **Contra a exploração capitalista: Comissões de trabalhadores e luta operária na Revolução Portuguesa (1974-1975)**. 2008, 162p. Universidade Nova de Lisboa. Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre em História dos Séculos XIX e XX. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, 2008.

VARELA, Raquel. **A História do PCP na Revolução dos Cravos**. Lisboa: Bertrand Editora, 2011.

VARELA, Raquel; ARCARY, Valério; DEMIER, Felipe Abranches. **O que é uma revolução? Teoria, história e historiografia**. Lisboa: Edições Colibri, 2015.